



ÁREA TEMÁTICA: Teorias e Metodologias

Pesquisa Social e Lógica Histórica: a atualidade de E. P. Thompson

Müller, Ricardo Gaspar

Doutor (pós-doutor); teoria política contemporânea; política e cultura e história das ideias

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil

rgmuller@superig.com.br

Moraes, Maria Célia Marcondes de (in memoriam).

Doutora (pós-doutora); Filosofia da Educação e Política da Educação

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo

E. P. Thompson desenvolveu um importante diálogo entre as ciências sociais ao incorporar em suas pesquisas *históricas* categorias *sociológicas* e ao criticar as tendências funcionalistas de ambas as disciplinas, a sociologia e a história. Seu método para analisar a formação da classe trabalhadora representa uma crítica simultânea às leis e regras metodológicas de historiadores sociais conservadores e sociólogos funcionalistas. Sua atualidade reside no fato de que seu pensamento é uma defesa da razão e dos fundamentos ontológicos do real, portanto forte contraponto ao ceticismo epistemológico, à visão relativista que nega a possibilidade do conhecimento objetivo e ao anti-realismo correntes. As proposições thompsonianas têm a disciplina histórica como referência e podem orientar a reflexão acerca da pesquisa sociológica e dos problemas contemporâneos. Assim, os objetos da pesquisa sociológica, sem perder seu caráter específico, só ganham inteligibilidade se forem compreendidos em seu movimento histórico. É esta percepção de pesquisa que baliza nossos argumentos e que nos leva a reconhecer Thompson como um interlocutor privilegiado.

Palavras-chave: pesquisa social; lógica histórica; experiência; ontologia; classe.





INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, diversos pesquisadores têm buscado oferecer elementos para a compreensão do projeto político e epistemológico que promove o achatamento do mundo reduzindo o horizonte do conhecimento à experiência sensível.

Avilta-se, assim, a pesquisa em ciências sociais – particularmente a sociológica – pela tendência a transformá-la em simples levantamento de dados empíricos, em desenvolvimento de instrumentos de controle desses dados com vistas a descrever seu provável comportamento futuro, em estratégia de intervenção, ou ainda, em suas versões *pós*, como narrativas fragmentadas, descrições vulgares das múltiplas faces do cotidiano social.

Nessa mesma linha, os pesquisadores denunciam o ceticismo epistemológico contemporâneo em seus diversos feitios. Vislumbram-se, por certo, sinais de esgotamento de seus representantes mais notáveis, mas “na teoria” (*pós*-modernismo, *pós*-estruturalismo, neopragmatismo e desconstrução), ainda exercem influência para além de um pequeno público ilustrado ou acadêmico, interferindo, ainda que de forma mediada, nos debates em esferas culturais e sócio-políticas mais amplas (Norris, 1996: p. viii).

Esses pesquisadores atestam que o ceticismo epistemológico persiste e, acompanhado de crescente anti-realismo e relativismo, empobrece a compreensão de ciência e esmaece a abrangência, a força e a profundidade do campo gnosiológico. No mais das vezes, o alcance do cognoscível restringe-se ao vocabulário da prática e submete-se às crenças socialmente justificadas, ao campo da persuasão, das formas de comunicação e de conversação (Moraes, 2001, 2007).

Nesse contexto, ocorre o *embaralhamento* entre ceticismo epistemológico e relativismo ontológico. Nossos conhecimentos são relativos porque são sociais, históricos, contextualizados, conjunturais, culturais etc., e desse caráter transitório e relativo infere-se que o conhecimento não pode ser objetivo, será sempre um ponto de vista individual, de um grupo, de uma cultura.

Assim: do relativismo epistemológico deduz-se o relativismo ontológico, ou seja, da “concepção de acordo com a qual idéias e teorias etc. opostas, p. ex., não podem ser objetivamente comparadas porque, da mesma forma que a beleza está nos olhos de quem ama, a verdade está na ótica de quem a afirma” (Duayer, 2006: 120), conclui-se a impossibilidade da verdade, a negação do real, do racional, da objetividade, enfim, da própria cognição do real. E se o conhecimento não pode ser neutro, por conseguinte, também não pode ser objetivo (Moraes, 2007: f. 2).

Nessa perspectiva cética e relativista, o mundo social é esvaziado de qualquer dimensão estrutural duradoura que apenas o esforço teórico pode alcançar. Por conseguinte, a teoria que se constrói, nivelada em seu conjunto por indiferenciado relativismo, restringe-se a descrever e, quando muito, a nomear as formas fenomênicas do cotidiano (Moraes, 2007).

Como se sabe, as experiências com alguma possibilidade científica dependem da atividade experimental ou sensorial, têm como alicerce o papel dos seres humanos seja como agentes causais, seja como aqueles que percebem.

É com base nos fenômenos empíricos abstratos que a pesquisa pode chegar a compreender sua essência conceitual (Goldmann 1979, Moraes, 2000), pois é nos movimentos mais simples da vida cotidiana que se situa o início do processo de compreensão do ser social em seu sentido ontológico (Moraes e Müller, 2005).

No entanto, no dia-a-dia a complexidade da realidade social se apresenta em termos muito deformados, pois, como lembra Marx (1974, p. 42), em sua vida diária o ser humano é movido por suas necessidades de sobrevivência “do estômago e da fantasia”. Ou seja, se aquilo que caracteriza o empírico é subjetivo, é o que é capturado pelas percepções do sujeito, então o entendimento do mundo limita-se ao que ele percebe.



Dessa forma, “a noção contida no conceito de mundo empírico é antropocêntrica, pois postula que o mundo é o que os seres humanos podem experimentar. Nessa perspectiva, não se percebe que para a experiência ser significativa para a ciência é preciso que se reconheça a atividade social que a antecede” (Ávila, 2007: 20).

Por isso, informa Lukács (1979, p. 32), é necessário que o ponto de partida do conhecimento seja uma *abstração correta, razoável*, que em sua estrutura interna já possua características da pesquisa científica. A partir daí, a filosofia e a ciência desenvolvem-se como instâncias autônomas para, finalmente, retornar à práxis imediata e informá-la com novas ou melhores concepções.

O aprofundamento teórico, possibilitado pelas formas mais sofisticadas de conhecimento, permite um alargamento do escopo da práxis humana, fazendo com que o que se apresentava como um paradoxo à experiência imediata passe a ser compreendido como verdade científica (Moraes, 2007). Marx (1865) assinala que é um paradoxo que a “terra se mova em volta do sol e que a água seja constituída por dois gases altamente inflamáveis. A verdade científica é sempre um paradoxo do ponto de vista da experiência imediata que alcança apenas a mistificada aparência das coisas”.

Como se vê, não são de pouca monta as questões que apontam o norte das discussões teórico-metodológicas na sociologia nos dias de hoje. Este trabalho propõe-se a contribuir para o debate lembrando um dos mais interessantes e controversos pensadores do século XX, o historiador inglês E. P. Thompson, o qual, de nosso ponto de vista, já a seu tempo antevia os problemas acima assinalados e jamais renunciou à base ontológica de sua pesquisa.

1. THOMPSON: ONTOLOGIA E CRÍTICA

A singular contribuição de Thompson é seu anseio teórico e político de relacionar e aproximar criticamente a filosofia e as ciências sociais (especialmente história, antropologia e sociologia) e seu engajamento político. Sua contribuição, portanto, pode ser observada em diferentes áreas acadêmicas e campos temáticos, como os dos estudos de formação de classe e de movimentos sociais, que tendem a exigir rupturas de fronteiras e mediações teóricas mais sistemáticas.

Os estudos de Thompson valorizam a importância da *práxis* envolvendo práticas, experiências, aspirações e valores comunitários da classe trabalhadora.

Dessa forma, um dos aspectos fundamentais do método de Thompson é sua capacidade de formar objetivos e aspirações para aqueles submetidos a circunstâncias políticas adversas, mas que precisavam estabelecer e defender sua própria opinião política. Para ele, um dos princípios básicos de uma análise reside na habilidade de articular a teoria a processos diferentes e em constante mudança.

Para Thompson, o *dissenso*, os movimentos de oposição podem obter vantagens e direitos efetivos para a classe trabalhadora. Tal noção de dissenso implicou, em primeiro lugar, um confronto com as correntes comunistas *então* hegemônicas que não admitiam mudanças de perspectiva na ortodoxia estabelecida.

Em segundo, articulados à noção de *dissenso*, o método e as categorias propostas por Thompson questionam as abordagens ortodoxas de pesquisa das relações sociais e dos mecanismos de interação humana.

Sua interpretação do materialismo histórico se distingue por articular, de forma construtiva, aspirações políticas e processo histórico. O pré-requisito dessa abordagem é o de que toda análise teórica deve ser apreendida na prática do “agir humano” e na medida do diálogo entre teoria e evidência (prova), i. e., teoria e pesquisa empírica, sem abandonar a atuação política. A análise dos *sujeitos* envolvidos na construção de seus próprios destinos tornou-se o principal foco dos estudos de Thompson, definindo uma relação de compromisso entre sua própria atuação e o que ele acreditava ser um movimento histórico democrático. A



partir desse compromisso, toda política, história e teoria socialistas devem participar desse *processo de democratização*.

Além disso, Thompson iniciou um importante diálogo entre as ciências sociais ao incorporar em suas pesquisas *históricas* categorias *sociológicas* e ao criticar as tendências funcionalistas de ambas as disciplinas, a sociologia e a história. Nesse sentido, seu método para analisar a formação da classe trabalhadora pode ser visto como uma crítica simultânea às leis e regras metodológicas de historiadores sociais conservadores, de marxistas ortodoxos, bem como as dos sociólogos funcionalistas, responsáveis pelos “sistemas de estratificação”, que pretendem explicar e justificar eventuais diferenças de classe.

Com vistas a identificar os aspectos humanos das relações de produção e a apreender a efetiva dimensão do antagonismo de classe, Thompson (1968: 226-230) julga útil, por exemplo, avaliar e comparar os conteúdos, os métodos e o significado de debates envolvendo noções como níveis salariais, padrão de vida, séries (históricas) de preços e seus resultados. Para ele, a medida da riqueza da classe trabalhadora da época não poderia ser julgada apenas em padrões quantitativos e, por esse motivo, considera que os aspectos qualitativos da vida da classe trabalhadora escapam à visão reducionista.

Opõe-se, dessa forma, às interpretações hegemônicas em seu tempo nos estudos sobre o tema (Müller, 2002: 102 e 120-121).

Polêmico, Thompson recebeu críticas por seu insistente apego ao legado do *inglês nascido livre* ou a uma tradição popular libertária, atitude insuficiente para compreender ou propor ações em face de um momento radicalmente novo do capitalismo.

Como aponta Ciro Cardoso (apud Müller, 2002: 252-253), Thompson não percebeu a gestação da ideologia neoconservadora nos Estados Unidos (basicamente entre os anos de 1970 e 1980), logo estendida ao Reino Unido. Ironicamente, outros autores, como Bill Schwarz, insinuam “que durante todo o tempo Thompson teria sido um pós-estruturalista clandestino” (Schwarz, 1995: 24-25).

Mas, essas razões não seriam suficientes para trazeremos Thompson a esse Encontro. Há motivos ainda mais pertinentes.

Thompson nos diz respeito, particularmente, porque seu pensamento é uma defesa da razão e dos fundamentos ontológicos do real, e portanto forte contraponto ao ceticismo epistemológico corrente, à visão relativista que nega a possibilidade do conhecimento objetivo e ao atual anti-realismo e suas promessas de consciências (e ciências) mais pragmáticas (Duayer, 2003).

Mostramos que as proposições thompsonianas, que têm a disciplina histórica como referência, podem orientar a reflexão acerca da pesquisa sociológica e dos problemas do mundo contemporâneo.

Nessas circunstâncias, os objetos da pesquisa sociológica, sem perder seu caráter específico, só ganham inteligibilidade se forem compreendidos em seu movimento histórico. É esta percepção de pesquisa que baliza nossos argumentos e que nos leva a reconhecer em Thompson um interlocutor privilegiado.

Das inúmeras indicações oferecidas pelo historiador priorizamos duas: a *lógica histórica*, sua base ontometodológica, e a categoria de *experiência*.

Embora se situem no conjunto de sua obra, as apresentamos tal como expostas em *The Poverty of Theory (Miséria da Teoria)* – e no debate que suscitou. Ambas são basilares à pesquisa desenvolvida por Thompson, que sempre compreendeu o lugar próprio da empiria e da teoria e não abdicou do interesse em investigar os procedimentos mais adequados e confiáveis para se transitar entre elas. Temos de lembrar, para maior compreensão, que trata-se de um ensaio construído “contra o estruturalismo de Louis Althusser (“o Aristóteles do novo idealismo marxista”, in Thompson, 1978: 196).



1.1 A LÓGICA HISTÓRICA

Se o complexo estruturado que é o mundo é social em sua *essência*, ou, dito de outro modo, é histórico em sua dinâmica, articulações, diversidade e funções, as formulações de Thompson acerca do “método lógico de investigação adequado a materiais históricos”, têm muito a ensinar. Resumimos a seguir os oito pontos que Thompson (1978: 231-242) apresenta, em *The Poverty of Theory*, para a discussão da *lógica histórica*:

1 “O objeto imediato do conhecimento histórico (...) compreende ‘fatos’ ou evidências certamente dotados de existência real, mas só se tornam cognoscíveis segundo procedimentos que são e devem ser a preocupação dos vigilantes métodos históricos” (Thompson, 1978: 231).

2 Por sua própria natureza, o conhecimento histórico é provisório e incompleto; seletivo (mas nem por isso inverídico); limitado e definido pelas perguntas dirigidas à evidência (e os conceitos que informam tais perguntas) e, dessa forma, só é “verdadeiro” no interior do campo assim definido.

3 A evidência histórica possui determinadas propriedades e, nesse sentido, embora “lhes possam ser formuladas quaisquer perguntas, apenas algumas serão adequadas” (Thompson, 1978: 231-232).

4 Dos juízos anteriores, Thompson (1978: 232) conclui que a relação entre o conhecimento histórico e seu objeto não pode estabelecer que um deles seja função (inferência, revelação, atribuição etc.) do outro. Em suas palavras: “A interrogação e a resposta são mutuamente determinantes e a relação só pode ser compreendida *como um diálogo*”.

5 Seu quinto argumento sinaliza o solo ontológico de sua proposta:

Aqui ele reafirma que o objeto do conhecimento histórico é a história “real”, cujas evidências serão necessariamente sempre incompletas e imperfeitas.

Para Thompson (1978: 232-233) haverá sempre novas formas de interrogar as evidências ou de trazer à luz alguns ou muitos de seus aspectos desconhecidos e, nesse sentido, o produto da investigação histórica estará sempre sujeito a modificações, com as preocupações de diferentes gerações ou nações, de cada sexo e cada classe social. Isso não significa, no entanto, que os acontecimentos passados se modifiquem ao sabor de cada interrogação investigativa ou que a evidência seja indeterminada. Bem ao contrário, “supor que um “presente”, por se transformar em “passado”, modifica com isso seu *status* ontológico, é compreender mal tanto o passado como o presente.”

6 De acordo com Thompson (1978: 235), a investigação da história como *processo* – ou “desordem racional” – supõe que o pesquisador recorra a “noções de causalção, de contradição, de mediação e de organização (às vezes de estruturação) sistemática da vida social, política, econômica e intelectual”.

Por certo, se tais noções são refinadas no interior de procedimentos teóricos, “não é verdade que a teoria pertença *apenas* à esfera da teoria”, os procedimentos empíricos cumprem importante papel no processo.

Todos os elementos da pesquisa devem ser decodificados pela teoria apropriada e sujeitos às propriedades determinadas da evidência. Reafirmando: para Thompson, o diálogo entre hipótese e evidência é a base da pesquisa histórica.

7 Thompson (1978: 236) prossegue e demonstra que a diferença entre o materialismo histórico e outras linhas de interpretação das evidências históricas não reside em quaisquer premissas epistemológicas, mas no caráter de totalidade das hipóteses adotadas e na permanente crítica a que são submetidas.

Para Thompson, dessa forma, é tarefa do pesquisador explicar um evento em como e por que ele se moveu em uma determinada direção e os princípios e tendências fundamentais do processo: “O desenvolvimento desse conhecimento se dá (...) na teoria e na prática: surge de um diálogo e seu discurso de demonstração é conduzido nos termos da *lógica histórica*.” (Thompson, 1978: 242).

8 No último argumento Thompson (1978: 239 et passim) apresenta sua restrição fundamental aos



estruturalismos (como o de Althusser) e modelos funcionalistas. Nesse oitavo ponto encontram-se alguns de seus mais conhecidos aforismos. Por exemplo: “A história em si é o único laboratório possível de experimentação e nosso único equipamento experimental é a *lógica histórica*”.

É sobre este solo ontológico que a categoria de *experiência* é por ele formulada, articulada a uma outra, a de *cultura*. Assim, essa *relação*, tal como pensada por Thompson, também é de interesse para a pesquisa sociológica.

1.2 EXPERIÊNCIA E CULTURA

Nesse ponto, apresentamos os fundamentos dos conceitos thompsonianos de *experiência* e *cultura*, e seu percurso, identificando-os em suas diferentes *relações*, e analisando sua relevância enquanto categorias de análise. Sempre que pertinente, incluímos o conceito de classe no debate ou análise.

A prática do materialismo histórico para Thompson foi, como estrutura real e como metodologia, fonte renovadora para uma teoria da emancipação humana, para uma história escrita a partir de baixo que “representava a constante renovação dos valores de uma cultura de dissidência” (Müller, 2002: 5).

Ao afirmar que “o que costumava ser história operária pode, de fato, constituir excelente terreno de teste para a sociologia histórica”, Thompson alerta que é preciso cuidar para que isso não signifique “a desajeitada retomada de uma terminologia mal digerida e de categorias de uma determinada escola sociológica impostas ao conhecimento histórico existente”.

Ele sugere (2001: 191), no entanto, que seja praticada uma “interpenetração mútua” das disciplinas por meio da qual o historiador encontre novas problemáticas para a pesquisa sociológica, realimentando simultaneamente sua própria pesquisa com uma concepção fertilizada de conceitos sociológicos e “arredia diante de categorias sociológicas, obtendo, enfim, resultados que, por sua vez, acrescentem uma dimensão histórica à teoria sociológica”.

Uma sociologia que não contemple em sua reflexão a idéia de *processo* é fadada a ser uma sociologia onde os “fenômenos” sociais já aparecem funcionais, estabelecidos e sem mobilidade, porque parte de um pressuposto sincrônico, ao contrário de relacionar o conjunto de normas, práticas, interesses e condições materiais de determinada sociedade em sua dinâmica.

O papel da dimensão histórica nessa equação (em seu teor diacrônico, dialético e comparativo) seria o de apontar as transformações e rupturas nas instituições sociais e nos sistemas de organização social e suas possíveis contradições internas.

Ao enfatizar o processo ativo mediante o qual o ser humano faz sua história, Thompson (1998: 17) aponta para o cuidado a ser tomado ao se generalizar a cultura como um “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos, artefatos) em que se acham incorporados”.

A cultura popular de uma época, por exemplo, só pode ser entendida se contextualizada nos momentos históricos específicos a que pertence. Situando a cultura “no lugar material que lhe corresponde”, podemos entendê-la como agente formador, ao mesmo tempo em que é consequência da luta e da consciência de classe.

É nessa *relação* entre tempo e espaço material específico que experiência e cultura se entrecruzam, na consolidação e defesa de interesses e direitos, unindo fragmentos de antigas estruturas e expectativas.

Partindo da lógica de que uma reação ou prática específica de determinada cultura não pode ser explicada apenas por seu estímulo primordial (conclusão apressada, muitas vezes imposta por estudos estatísticos de



vertentes mais conservadoras da história e da sociologia), Thompson (1998: 208) afirma, por exemplo, que “não há uma única reação simples, ‘animal’, à fome”.

As evidências tornam-se inteligíveis se articuladas às especificidades de cada caso. Utilizando ainda o exemplo da revolta causada pela fome, “o ‘motim’... não é uma resposta ‘natural’ ou ‘óbvia”, mas antes consiste em “um padrão sofisticado de comportamento coletivo, uma alternativa coletiva a estratégias individualistas e familiares de sobrevivência”. Ter fome, comenta, “não impõe que (as pessoas) devam se rebelar nem determina as formas da revolta”. É a experiência humana forjada nos laços sócio-culturais que determina, em última instância, o resultado, seja do estímulo ou do malogro em questão.

Segundo Thompson (2001: 248), no processo dinâmico da história “novos fenômenos” acontecem e sua organização estrutural diante do conjunto se transforma à medida que muda a estrutura das sociedades. Transpor conclusões antropológicas sem os devidos ajustes compromete o exercício da análise dialética. Assim sendo, “há de se encontrar a *estrutura* na particularidade histórica do ‘conjunto de relações sociais’ e não em um ritual ou em uma forma particular fora dessas relações”, advindos de outra conjuntura sócio-cultural. Entretanto, a utilização de tipologias sincrônicas (tipos ideais, funções constantes e estruturas universais) é ferramenta útil para trazer à tona ou para discutir “o âmago de um contexto particular”, ao auxiliar a elaboração de uma problemática ou contribuir para o entendimento de tal contexto.

Para Thompson (2001: 249) essas tipologias são importantes não por serem estruturas universais, mas “particularmente pelo fato de as funções imediatas do ritual” que definem “serem dinâmicas”.

Thompson (2001: 252) assinala que a relação entre história e antropologia deve ser mediada pela filosofia, de modo que esta (a filosofia) regule os enlaces a serem estabelecidos e não se tenha “a pretensão de falar pelo conjunto da disciplina”, mas “apenas fazê-lo a partir de uma posição específica”, para que os resultados da aproximação não sejam contraditórios.

Ao definir-se como filiado à tradição marxista, Thompson (2001: 252) reitera que para valer-se de conceitos sociológicos é necessário que esses sejam “revestidos com uma ambivalência dialética”. Em contrapartida, para estabelecer um vínculo entre a antropologia social e a história é preciso abandonar a perspectiva de “base” e “superestrutura”, pela qual, dentro da tradição marxista mais ortodoxa, o “econômico” *tem primazia sobre* os sistemas de valores e normas.

Em lugar de adotarmos a noção de primazia do “econômico”, afirma, devemos enfatizar “a simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em *todos* os sistemas e áreas da vida social”. Sem colocar em dúvida a centralidade do modo de produção (e as subseqüentes relações de poder e propriedade) para qualquer compreensão materialista da história, Thompson questiona a idéia de analisar um modo de produção em termos “econômicos”, pondo de lado, como secundárias (menos “reais”), a cultura, as normas, os decisivos conceitos sobre os quais esse modo de produção se organiza (Thompson, 2001: 254).

Pensar o “econômico” como determinante, mesmo que apenas em “última instância”, das relações sociais dos indivíduos, é resignar o estudo das sociedades à inércia do ideal do “homem econômico” da Economia Política.

Nessas circunstâncias, “homens e mulheres, ao se confrontar com as necessidades de sua existência, formulam também seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos a seu modo de vida” (Thompson, 2001: 261).

É nesse sentido que Thompson (2001: 260) afirma que classe “é uma formação tão ‘econômica’ quanto ‘cultural’” e que a determinação “em última instância” pode abrir “seu caminho tanto por formas econômicas quanto culturais”.

Como categoria, classe não é representada por este ou aquele grupo de pessoas e instituições com interesses dispares; antes, é o modo pelo qual a relação dialética entre os sujeitos opera. Não é a máquina,



mas sim “a maneira pela qual a máquina trabalha uma vez colocada em movimento” (Thompson, 2001: 169).

No atrito dessa movimentação, formam-se as “condições materiais” que, por sua vez, influenciam a *experiência* que, aqui, aparece como um “termo médio”, necessário na articulação entre ser social e consciência social.

Por isso, para Thompson, não há sentido em pensar “classe” como categoria de análise se não for levada em conta a mediação entre o agir humano (*agency*) e a realidade acionada no processo histórico de transformação da cultura, da consciência e das condições materiais que a impulsionaram.

A conseqüência imediata da utilização do conceito de *experiência* nos estudos da sociedade o leva a encarar homens e mulheres não como sujeitos atomizados, individualizados e separados de um contexto nem considerá-los como simples “turba” ou massa, mas acima de tudo como...

Pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades, interesses e antagonismos e depois lidam com essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (...) (Thompson, 1978: 356).

A *experiência* é também “a influência do ser social sobre a consciência social”, na medida em que “exerce pressões sobre a consciência social existente”, propõe novas questões e proporciona “grande parte do material sobre o qual se desenvolvem”. (Thompson, 1978: 196 e 200-201) e (2001: 262-263).

Nesse sentido, a *experiência* é fator indispensável na análise da história ou de qualquer disciplina que abrace uma perspectiva diacrônica e/ou dialética, porque é um conceito que “compreende a resposta mental e emocional” de um indivíduo ou determinado grupo social “a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”. (Thompson, 1978: 199).

Foi em um Seminário realizado em Oxford sobre *The Poverty...*, em dezembro de 1979, um ano após sua publicação na Inglaterra,ⁱⁱ que Thompson ofereceu importantes esclarecimentos sobre a relação entre experiência e cultura em resposta às críticas dos demais expositores, Stuart Hall e Richard Johnson. A seguir, resumimos os aspectos por ele destacados no debate, associados, quando necessário, a seus argumentos em *The Poverty...*

Thompson (1981: 405-406) afirma que “a *experiência* é um conceito de junção, o que realiza a ligaçãoⁱⁱⁱ entre a cultura e a não-cultura, estando metade dentro do ser social, metade dentro da consciência social”. Nesse sentido, ele distingue dois níveis de experiência: a *experiência I* – a experiência vivida – e a *experiência II* – a experiência percebida.

Para ele, muitos epistemólogos e sociólogos contemporâneos, quando ouvem a palavra *experiência* identificam-na imediatamente à *experiência II*, a experiência percebida. Isto é, movem-se na direção do que Marx denominou consciência social. Como conseqüência, afirmam que a *experiência II* é um meio imperfeito e falsificador, corrompido por interferências ideológicas etc.

Thompson (1981: 406) observa que as regularidades no interior do ser social, com freqüência, resultam de causas materiais que ocorrem de forma independente da consciência ou da intencionalidade. Tais causas inevitavelmente dão ou devem dar origem à *experiência vivida*, à *experiência I*, mas não penetram como “reflexos” na *experiência II*. No entanto, a pressão dessas causas sobre a totalidade do campo da consciência não pode ser adiada, falsificada ou suprimida indefinidamente pela ideologia. Retomando argumentos de *Poverty...*, ele atesta (1978: 200-201):

A experiência chega sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas passam fome: os que sobrevivem pensam o mercado de outra forma. Pessoas são presas: na prisão meditam sobre a lei de novas maneiras (...) Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma *experiência* transformada: e essa experiência é



determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados.

Por essa razão, Thompson (1981: 406) insiste que essa é a única maneira possível de “explicar a mudança histórica com alguma racionalidade”:

A *experiência I* está em eterna fricção com a consciência imposta. Quando ela irrompe, nós, que lutamos com todos os intrincados vocabulários e disciplinas da *experiência II*, podemos experienciar alguns momentos de abertura e de oportunidade, antes que se imponha mais uma vez o molde da ideologia.

Thompson se afasta, assim, das interpretações culturalistas do termo e de sua negação de determinações materiais ou estruturais na formação da identidade dos sujeitos sociais. Em contraposição a essas interpretações, Thompson (1978: 232-235) indica que “na medida em que uma noção é endossada pelas evidências, temos então todo o direito de dizer que ela existe ‘lá fora’, na história real”.

Há referentes, portanto. O solo ontológico da experiência é a história real e não a cultura ou a linguagem. Se *cultura* e *experiência* formam um ponto de junção, apesar do que ajuízam adeptos da *pós-condição*, a cultura não tem, para Thompson, qualquer autonomia. É altamente problemática como categoria explicativa, até ser contextualizada.

Na verdade, Thompson é incisivo ao refutar o suposto caráter culturalista de sua obra e a reafirmar a categoria de *experiência* nos termos materialistas originalmente por ele propostos. Não aceita a acusação de Richard Johnson de que teria interpretado à luz da cultura a categoria marxista de consciência de classe e contribuído para fortalecer os estudos culturais com seu *The Making of the English Working Class* (1963). Em suas palavras: “Rejeito, incondicionalmente, o título de ‘culturalismo’ dado à tradição historiográfica marxista da qual sou considerado representante” (Thompson, 1981: 396). No quadro de seu materialismo histórico, o *conhecimento* de classe seria impossível sem a compreensão das *experiências* que emergem dos confrontos entre classes, em função também das diferenças entre as várias culturas, políticas, religião, valores, convenções etc.

Experiência e *cultura* são articuladas por Thompson (1978: 362) e ambas constituem um ponto de junção entre *estrutura* e *processo*, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humanos.^{iv} Neste sentido, como vimos, são “conceitos de junção” (*junction-concepts*). Para Thompson, homens e mulheres atuam e constroem suas vidas em condições determinadas e vivem esta *experiência* tanto no âmbito do pensamento, como no do *sentimento*. Na *cultura*, ele afirma (1978: 363), os sujeitos lidam com o sentimento como normas, obrigações familiares e de parentesco e reciprocidades, como valores, ou mediante formas mais elaboradas na arte ou nas convicções religiosas.

Nessa época, Thompson aparentemente não se dá conta da forte penetração do pensamento pós-moderno e pós-estruturalista na França e em outros países. Sua crítica ao giro lingüístico viria mais tarde, no início dos anos de 1990, pouco antes de sua morte, já sob o impacto da influência das interpretações culturalistas e lingüísticas na história social inglesa.

Quiçá tardiamente Thompson compreende que o “subjativismo da moda”, “o positivismo grosseiro” e o “idealismo plausível” são representados pela agenda pós-moderna. Ele percebe a inversão pós-moderna e pós-estruturalista que desfocam o lugar e o papel da *experiência* na construção do conhecimento, dos interesses e das identidades sociais, colocando em seu lugar, isoladamente, a *linguagem* ou a *cultura*. Seria inadmissível para Thompson aceitar que a experiência fosse “codificada” e aprisionada em um *corpus* de linguagem e de textos, *corpus* tão dominante e onipotente que virtualmente a subsumiria. Da mesma forma, o papel de relevo que ele atribui à cultura em suas análises históricas, distancia-se das acepções que lhe têm sido atribuídas por culturalistas de toda cepa (Müller, 2002: 30).



É nessas circunstâncias que, a nosso ver, evidencia-se a radical atualidade de Thompson para os que pensam a pesquisa sociológica para além das empirias compartilhadas, dos relativismos, culturalismos ou *construtos* discursivos (Moraes e Torriglia, 2003). Sua obra inspira os que compreendem os fatos sociais como fatos históricos e os que, nessa perspectiva, descartam a teoria como ‘verdade’ ou ‘modelo’ fictício e abraçam o desafio do *conhecimento* como percurso, sempre provisório e aproximado, preñado de “silêncios e impurezas”.

1.3 PALAVRAS FINAIS

É fecunda a proposição thompsoniana de que é tarefa do pesquisador explicar um evento em como e porque ele se moveu em uma determinada direção e também os princípios e tendências fundamentais deste processo. De nosso ponto de vista, suas reflexões sobre a pesquisa e a importância do desvelamento das determinações concretas do objeto a ser pesquisado constituem um protocolo apropriado às ciências sociais e humanas.

É estimulante pensar, por exemplo, que uma *experiência singular* – a migração; a reorganização do processo de trabalho, ou a redefinição da divisão de trabalho e suas relações; o redesenho das classes sociais, ou o do Estado ou o da estrutura de poder em nível internacional e a correlata revisão da estratégia das relações políticas e econômicas etc. – não “permanece submissa” ao ser investigada, mas agita-se dentro do ser social e, neste movimento, rompe-se contra a consciência social prevalecente; que a *experiência* surge sem anúncio, exerce pressões, propõe novas questões e oferece os dados a serem lidos pelos exercícios intelectuais; que o conhecimento é provisório e incompleto, seletivo, limitado e definido pelas perguntas dirigidas à evidência (e os conceitos que informam tais perguntas) e que a verdade só pode ser pensada no interior do campo assim definido; que sempre surgirão novas formas de interrogar o objeto ou de evidenciar aspectos até então desconhecidos e que, por isso mesmo, o produto da investigação estará sempre sujeito a modificações.

Desta compreensão não decorre, no entanto, qualquer relativismo ou negação da ontologia, ou “que os acontecimentos passados se modifiquem ao sabor de cada interrogação investigativa ou que a evidência seja indeterminada”.

Como destacamos, o pensamento thompsoniano é contraponto ao ceticismo epistemológico e aos relativismos ontológicos correntes, à visão relativista que nega a possibilidade do conhecimento objetivo e ao atual anti-realismo.

Para concluir, vale salientar, uma vez mais, a convicção de Thompson acerca do conhecimento, cuja andança se dá na conjugação e no diálogo entre teoria e prática, e seu discurso de explanação é conduzido nos termos da *lógica histórica*. E por esta razão, ele atesta, a teoria **tem** conseqüências, o que não deve ser indiferente aos que pensam a pesquisa em ciências sociais.

Bibliografia

ÁVILA, A. B. (2007). *A pós-graduação em educação física e as tendências na produção de conhecimento: o debate entre realismo e anti-realismo*. Texto de qualificação (doutorado), Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 143f..

DUAYER, M. (2006). Anti-realismo e absolutas crenças relativas. *Margem Esquerda*, São Paulo, v. 8, p. 109-130.

_____. (2003). Economia depois do relativismo: crítica ontológica ou ceticismo instrumental? Anais do VIII Congresso de Economia Política, Florianópolis, Junho.



_____ (2003). *Ontologia na ciência econômica: realismo ou ceticismo instrumental?* UFF: Niterói. Trabalho não publicado.

GOLDMANN, L. (1979). *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HALL, Stuart. In defence of theory. In: SAMUEL, Raphael (ed.) (1981). *People's history and socialist theory*. London: Routledge.

JAY, Martin (2006). *Songs of Experience*. Berkeley: University of California Press.

JOHNSON, Richard (1981). Against absolutism. In: SAMUEL, Raphael (ed.). *People's history and socialist theory*. London: Routledge.

LUKÁCS, Georg (1979). *Ontologia do Ser Social: Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: LECH..

MARX, K. (1974). *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1965). *Value, price and profit, an introduction to the theory of capitalism*. <http://ourworld.compuserve.com/homepages/PZarembka/Marx.htm>, consultado em 17 de junho de 2007.

MORAES, M. Célia M. (2007). Indagações sobre a questão do conhecimento no campo da educação. Conferência principal das *IV Jornadas de Investigación*. Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba, Argentina. Texto não publicado.

_____ (2003). Proposições sobre produção de conhecimento e políticas de formação docente. In: MORAES, Maria Célia M. et al. *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A.

_____ (2001). Recuo da teoria. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, Pt, ano 14, n. 1, p. 7-25.

_____ 2001). Ceticismo epistemológico, ironia complacente: até onde vai o neopragmatismo rortyano? *Educação nas Ciências*. Ijuí, ano 1, n. 1, p. 157-189, jan/jun.

_____ (2000). *Reforma de ensino, modernização administrada*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, Série Teses.

MORAES, Maria Célia M.; MÜLLER, Ricardo G. (2005). "A Miséria da teoria": o debate de Oxford. *Esboços*. Florianópolis: UFSC, v. 14.

MORAES, Maria Célia M.; TORRIGLIA, Patricia L. (2000). Educação *light*, que palpito infeliz. Indagações sobre as propostas do MEC para a formação de professores. *Teias*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 51-59.

MÜLLER, Ricardo G. (2002). *Razão e utopia: Thompson e a história*. Tese de Doutorado em História Social. Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NORRIS, C. (1996). *What's Wrong with Postmodernism, Critical Theory and the End of Philosophy*, Hampstead: Harvester/Wheatsheaf.

SAMUEL, Raphael (ed.) (1981). *People's history and socialist theory*. London: Routledge.

SCHWARZ, Bill (1995). Razão e Desrazão em E. P. Thompson. ANTONACCI, Maria Antonieta (ed.). Diálogos com E. P. Thompson, *Projeto História*, São Paulo: PUC/SP, n. 12, Outubro.

THOMPSON, Edward P. (1963). *The making of the English working class*. Harmondsworth: Penguin, 1963 (reedições em 1968 e 1980).

THOMPSON, Edward P. (1978). *The poverty of theory and other essays*. London: Merlin.

THOMPSON, Edward P. (1981). The politics of theory. In: SAMUEL, Raphael. (ed.) *People's history and socialist theory*. London: Routledge.

THOMPSON, Edward P. (1993). *Customs in common*. New York: New Press.



THOMPSON, Edward P. (1993a). Theory and evidence. *History Workshop Journal*. 35, Spring, letter.

THOMPSON, Edward P. (2001). *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). Campinas: Editora da Unicamp.

THOMPSON, Edward P. (1998). *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.

WILLIAMS, Raymond (1979). *Marxismo e literatura*. Rio: Zahar, 1979.

ⁱ Nesse trecho ambivalência (no original, *ambivalence*) não significa ambigüidade, mas uma relação de duas vias – entre positivo e negativo, como entre o ato de doar e o de receber.

ⁱⁱ Esse encontro fez parte da programação de um Seminário, sob a coordenação de Raphael Samuel, promovido pelo Ruskin College e pelo grupo “History Workshop”. Participaram: Stephen Yeo, como presidente do painel; Stuart Hall, com o trabalho “In Defense of Theory”; Richard Johnson, com o texto “Against Absolutism” e E. P. Thompson, com “The Politics of Theory”, onde responde aos dois debatedores e avança outras questões. Cf. Samuel, Raphael (ed.) (1981), que reproduz o debate no capítulo “Culturalism: Debates around *The Poverty of Theory*”, p. 375-408. Cf. Müller, Ricardo (2002: 190 et passim). A propósito, Martin Jay (2006: 196, n. 103) acredita que o Ruskin College, em Oxford, é o melhor exemplo de um lócus para a prática da história a partir de baixo, de acordo com as idéias de Thompson. Fundado em 1967, foi a principal base do grupo *History Workshop*, e de seu periódico, e Raphael Samuel foi seu principal líder.

ⁱⁱⁱ Thompson (1978: 302 e 355-356) delimita os “conceitos de junção” como: (1) “a ‘necessidade’”, que na antropologia aparece “como ‘norma’ e na ‘história’ como ‘vontades’ ou ‘valores’”; (2) “modo de produção”, como “uma pressão determinante dentro de um complexo processo histórico”; (3) “classe”, “como a estruturação de um modo de produção, ou acontecendo (*eventuating*) de formas que nunca podem ser predeterminadas”; (4) o próprio “determinismo”, quando considerado como “fechamento” ou “pressão”.

^{iv} Como indica Müller (2002: 182 e 196), a noção de *junction concepts* é resultado de um conjunto de discussões entre Thompson e Raymond Williams. Em sua fala, Thompson também incorpora uma leitura crítica da categoria determinação, bem como do conceito de “estruturas de sentimento”, desenvolvidos por Williams em *Marxismo e Literatura*. Cf. Williams, R. (1979: 89 e 134-135).